

Demonstrações Financeiras

Cemig Trading S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	15
6. TRIBUTOS RECUPERÁVEIS	15
7. OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA	16
8. PROVISÕES.....	17
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	17
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
11. RECEITA	19
12. CUSTOS E DESPESAS	20
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	20
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	23
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$4.000 mil (R\$4.000 mil em 2024), dividido em 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”).

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$3.425 mil em 2025, em comparação a R\$2.539 mil no exercício de 2024, representando um aumento de 34,89%, devido ao aumento na receita operacional.

As principais justificativas para variações nas receitas, custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$4.166 mil (R\$1.965 mil no exercício de 2024) e a margem do LAJIDA foi de 13,97% no mesmo período (20,79% no exercício de 2024), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Lucro líquido do exercício	3.425	2.539	35
Amortização	6	8	(25)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	1.696	588	188
Resultado Financeiro	(961)	(1.170)	(18)
LAJIDA ⁽¹⁾	4.166	1.965	112

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Custos com energia elétrica

Em 2025 a Companhia entregou energia objeto das operações de trading fechadas anteriormente, o que gerou o reconhecimento de custos com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$23.568mil.

A composição dos custos e despesas operacionais está disposta na nota explicativa nº 12.

Operações de trading (ganhos realizados e não realizados)

Em 2025 foi reconhecido o montante de R\$4.562 mil relativo a ganhos não realizados decorrentes das marcações a mercado das operações de trading firmadas no exercício de 2025, cuja energia está sendo entregue em 2026.

Em 2025 também houve o reconhecimento do montante de R\$70 mil a título de ganhos realizados, considerando a energia que foi entregue durante 2025.

Mais detalhes dessas operações estão descritos nas notas explicativas nº 7 e 11.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$1.696 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 33,12% em relação ao resultado de R\$5.121 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2024, a Companhia apurou o montante de R\$588 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 21,24% em relação ao resultado de R\$3.127 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026, que, ao Resultado do exercício de 2025, no montante de R\$3.425 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$171 mil para constituição de reserva legal;
- R\$1.627mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$1.627 mil para pagamento de dividendos adicionais;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Trading manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais, Municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)
ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	299	2.824
Títulos e valores mobiliários	4	2.987	2.035
Consumidores e revendedores	5	2.670	743
Tributos recuperáveis	6	316	112
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	489	-
Operações de comercialização de energia	7	19.835	9.952
Outros ativos		890	960
ATIVO CIRCULANTE		27.486	16.626
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	768
Direito de uso		112	117
ATIVO NÃO CIRCULANTE		112	885
ATIVO		27.598	17.511

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)
PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores		2.336	1.017
Impostos, taxas e contribuições	9	(105)	102
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	-	313
Dividendos a pagar	10	1.627	1.206
Convênio de compartilhamento	15	3	2
Passivo de arrendamento		12	12
Operações de comercialização de energia	7	15.960	8.148
Outros passivos		5	1
TOTAL DO CIRCULANTE		19.838	10.801
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.509	496
Operações de comercialização de energia	7	-	552
Passivo de arrendamento		126	129
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.635	1.177
TOTAL DO PASSIVO		21.473	11.978
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	10		
Capital social		4.000	4.000
Reservas de lucros		2.125	1.533
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.125	5.533
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.598	17.511

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

		2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	11	29.826	9.451
CUSTOS	12		
Custos com energia elétrica		(23.568)	(6.760)
Custos de operação		(1.869)	(662)
		(25.437)	(7.422)
LUCRO BRUTO		4.389	2.029
DESPESAS	12		
Despesas Gerais e Administrativas		(166)	(30)
Outras despesas		(63)	(42)
		(229)	(72)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		4.160	1.957
Receitas financeiras	13	1.137	1.183
Despesas financeiras	13	(176)	(13)
		961	1.170
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.121	3.127
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(682)	(1.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(1.014)	412
RESULTADO DO PERÍODO		3.425	2.539

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.425	2.539
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.425	2.539

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.000	200	5.320	-	6.520
Aprovação de dividendos adicionais propostos			(2.320)	-	(2.320)
Aumento de capital	3.000	-	(3.000)	-	-
Resultado do exercício				2.539	2.539
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	127	-	(127)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.206)	(1.206)
Dividendos adicionais propostos	-	-	1.206	(1.206)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	4.000	327	1.206	-	5.533
Aprovação de dividendos adicionais propostos			(1.206)	-	(1.206)
Resultado do Exercício			-	3.425	3.425
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal		171		(171)	-
Dividendos obrigatórios				(1.627)	(1.627)
Retenção de lucros			1.627	(1.627)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	4.000	498	1.627	-	6.125

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	3.425	2.539
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	1.014	588
Amortização do direito de uso	6	8
Juros passivo de arrendamento	9	12
Rendas de aplicações financeiras (Nota 14)	(738)	(1.161)
Ganhos/perdas em operações de comercialização de energia (Nota 12)	(2.623)	717
	1.093	2.703
(Aumento) redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(1.927)	(51)
Tributos recuperáveis (Nota 6)	(693)	(258)
Fundos vinculados	-	1.882
Outros ativos	73	89
	(2.547)	1.662
(Redução) aumento de passivos		
Fornecedores	1.319	766
Passivos de arrendamentos	(3)	(145)
Transações com partes relacionadas (Nota 15)	1	(6)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 9)	362	19
Outros passivos	4	1
	1.683	635
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	229	5.000
Imposto renda e contribuição social pagos (Nota 14)	(883)	(456)
Juros recebidos (Nota 16)	701	1.095
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	47	5.639
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(19.277)	(8.841)
Resgates em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	19.130	11.195
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(147)	2.354
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 10)	(2.412)	(7.640)
Arrendamentos pagos	(13)	(4)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.425)	(7.644)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.525)	349
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.824	2.475
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	299	2.824
	(2.525)	349

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 24 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte – MG. A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

Os objetivos sociais previstos no estatuto social da Companhia são os seguintes:

- Comprar e vender energia nas suas diferentes formas e modalidades, incluindo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia.
- Prestar serviços associados às atividades de comercialização de energia, em todas as suas formas e modalidades, inclusive a comercialização varejista, no âmbito do mercado brasileiro e de outros países.
- Prestar serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a consumidores, que tenham livre opção de escolha de fornecedor, a geradores e produtores independentes, e a qualquer agente autorizado a comercializar energia.
- Desenvolver atividades relacionadas à comercialização de energia em todas as suas modalidades, inclusive a comercialização varejista, considerando os aspectos físico, financeiro e operacional objetivando a realização de negócios relacionados à compra e venda de energia.

Através da Resolução nº 117, de 28 de março de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, autorizou a Companhia a comercializar energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006 e, durante o exercício de 2025, o resultado da Companhia foi em função da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia e operações de trading no mercado livre.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de agosto de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens:

- Operações de comercialização de energia: trata-se de instrumento financeiro derivativo mensurado a valor justo por meio do resultado, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 7 e 16.
- Ganhos/perdas não realizados decorrentes das operações de comercialização de energia, que são registrados no resultado em contrapartida ao instrumento financeiro, conforme detalhado nas notas explicativas nº 7 e 16.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Operações de comercialização de energia (definição do valor justo das operações de comercialização incluindo cotação da energia, taxas futuras de IPCA e custo médio ponderado de capital – WACC).
- Nota 8 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 16 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Informações sobre a mensuração dessas estimativas estão detalhadas nas respectivas notas explicativas.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	

Norma e principais alterações		Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais		
As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.		01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.		
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras		
Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.		01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.		
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações		
A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.		01/01/2027
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.		

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a.		2025	2024
		2025	2024		
Contas Bancárias				21	1.916
Aplicações financeiras					
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91 a 12,15%	278	908
TOTAL				299	2.824

Estão divulgados na nota explicativa nº 16 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.		2025	2024
		2025	2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7 a 113,51%	2.607	1.594
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	10,72% a 10,85	343	413
Debêntures	CDI	TR + 1% a 109,88%	TR + 1% a 122,90%	37	28
				2.987	2.035
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	-	108,6 a 111,98%	-	768
TOTAL				2.987	2.803

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 16. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

A Companhia classificou de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldo a Vencer		Saldo Vencidos			Total	
	Não Faturado	Faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	2025	2024
Suprimento a Outras Concessionárias	1.877	-	-	785	-	2.662	738
Fornecimento Industrial	-	-	-	-	5	5	5
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3	-	-	-	-	3	-
Total	1.880	-	-	785	-	2.670	743

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

Política contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS RECUPERÁVEIS

	2025	2024
Circulante		
PIS-PASEP	56	20
COFINS	260	92
TOTAL	316	112

7. OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Os contratos celebrados pela Companhia visam à comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das regras de comercialização, regulamentadas pela Aneel, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para o recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

As operações de trading fechadas nos exercícios de 2025 e de 2024 são como segue:

	2025	2024
Contratos de venda (MWh) (não auditado)	163.800	87.840
Contratos de compra (MWh) (não auditado)	178.680	87.840

A movimentação dos saldos referentes às transações de trading é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.968
Ganhos não realizados (nota 12)	2.065
Ganhos realizados (nota 12)	(2.217)
Perdas não realizadas	(564)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.252
Ganhos não realizados (nota 12)	4.562
Ganhos realizados (nota 12)	(70)
Perdas não realizadas	(1.868)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.876

A exposição da Companhia ao risco de mercado relacionado a operações de comercialização de energia está divulgada na nota explicativa nº 16.

Política contábil

As operações de trading de energia compreendem posições forward (contratos futuros), sendo o fechamento das posições realizado a partir da celebração de contratos com posições contrárias às assumidas, de forma a “compensar” a compra ou a venda de energia exposta, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir do gerenciamento dos preços contratados.

Os contratos nesta carteira são classificados, nos termos do CPC 48, como instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, por não se enquadrarem na exceção nele previsto.

São reconhecidos no resultado, como receita operacional, os ganhos e/ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado, consubstanciados na diferença entre os preços contratados e os de mercado, referentes às operações líquidas contratadas em aberto. Quando as duas posições são encerradas (venda e compra) a mensuração passa a ser realizada com base no valor presente do valor efetivamente contratado.

Com a entrega da energia é reconhecida a receita pelo fornecimento em contrapartida à rubrica de “Consumidores e revendedores”, e, o registro da despesa com compra de energia em contrapartida à rubrica de “Fornecedores”. O resultado líquido dessa operação representa a

realização do ganho não realizado, que é lançada no resultado em contrapartida ao ativo ou passivo de “Operações de comercialização de energia”.

O detalhamento da mensuração a valor justo e a exposição da Companhia ao risco de mercado relacionado a essa operação estão dispostos na nota explicativa nº 16.

8. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$23 (R\$20 em 31 de dezembro de 2024) referente às ações de natureza patrimonial, em que discute sobre regularização de acesso à Rodovia Fernão Dias (BR-381).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
PASEP	(22)	15
COFINS	(97)	72
ISSQN	10	11
Outros	4	4
TOTAL	(105)	102

(1) Os créditos tributários superaram o faturamento, gerando crédito que até o final do exercício de 2025 não foi totalmente consumido.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$4.000, representado por 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig GT. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

b) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva Legal	498	327
Retenção de Lucros	1.627	1.206
	2.125	1.533

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$171 de Reserva Legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	3.425	2.539
Reserva Legal Constituída	(171)	(127)
	3.254	2.412
Dividendo Obrigatório - 50%	1.627	1.206

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria.

d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026, que, ao Resultado do exercício de 2025, no montante de R\$3.425, seja dada a seguinte destinação:

- R\$171 para constituição de reserva legal;
- R\$1.627 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$1.627 para pagamentos de dividendos adicionais.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.206
Aprovação de dividendos adicionais	1.206
Pagamento de dividendos	(2.412)
Proposta de dividendos obrigatórios ref .2025	1.627
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.627

11.RECEITA

	2025	2024
Suprimento faturado	25.626	8.821
Suprimento não faturado	1.126	52
Prestação de serviços	(13)	1.128
Transações com energia na CCEE	656	-
Operações de trading - Ganhos não realizados (Nota 7)	4.562	2.065
Operações de trading - Ganhos realizados (Nota 7)	(70)	(2.217)
Receita bruta	31.887	9.849
Tributos incidentes sobre as receitas (a)	(2.061)	(398)
	29.826	9.451

a) Tributos incidentes sobre as receitas

	2025	2024
ISSQN	-	(34)
COFINS	(1.693)	(300)
PIS-PASEP	(368)	(64)
	(2.061)	(398)

Política contábil

De forma geral, as receitas da Companhia são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

A Companhia realiza operações de comercialização de energia (trading), que são classificadas nos termos do CPC 48, sendo registradas como instrumentos financeiros e subsequentemente marcados a mercado, em contrapartida a outras receitas operacionais, na rubrica de “Operações de trading (ganhos não realizados)”. Mais informações sobre a mensuração do valor justo dessas operações estão apresentadas na nota explicativa nº 16.

12.CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	23.568	6.760
TOTAL	23.568	6.760

b) Outros custos e despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	51	30	51	30
Serviços de terceiros	1	66	109	42	110	108
Depreciação e Amortização	-	8	6	-	6	8
Perdas não realizadas em operações de trading	1.868	564	-	-	1.868	564
Outros custos/despesas	-	24	63	-	63	24
TOTAL	1.869	662	229	72	2.098	734

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
Auditoria Externa	27	25
Tecnologia da Informação	1	2
Conservação e Limpeza de Prédios	-	13
Outros	82	68
TOTAL	110	108

13.RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	694	1.183
Variações Monetárias	66	-
Créditos de PASEP/COFINS sobre receitas financeiras	372	-
Outras	5	-
	1.137	1.183
Juros Passivo de Arrendamento	(9)	(12)
Outras	(167)	(1)
	(176)	(13)
RESULTADO FINANCEIRO	961	1.170

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente à renda de aplicações financeiras, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

14.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	-	193
Contribuição Social	-	120
TOTAL	-	313

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	1.110	365
Contribuição Social	400	131
TOTAL	1.510	496

c) Imposto de Renda e Contribuição Social – Resultado

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO REAL		
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(5.121)	(5.121)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(1.280)	(461)
Doações indedutíveis	7	1
Selic sobre indêbitos tributários	(93)	(34)
Parcela isenta - Adicional IRPJ	(24)	-
Incentivos Fiscais IRPJ	(26)	-
Outros	89	32
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(1.235)	(461)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	488	194
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	745	268
Alíquota efetiva	25%	9%

31/12/2024

	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita com prestação de serviços	1.133	1.133
Percentual de presunção	32%	32%
Receita com prestação de serviços tributável	362	362
Receita de suprimento	8.821	8.821
Percentual de presunção	8%	12%
Receita de suprimento tributável	706	1.059
Rendimentos de aplicações financeiras resgatadas	1.424	1.424
Outras receitas financeiras	-	-
Base de cálculo	2.492	2.845
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	374	256
Imposto de renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	225	-
IR e CSLL devidos em função da mudança de regime tributário	105	40
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	704	296
Renda de aplicações	1.183	1.183
Renda de aplicações resgatadas	1.424	1.424
Rendas de aplicações não resgatadas	(242)	(242)
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferido rendas	(60)	(22)
AVJ Ganhos não realizados	(510)	(510)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferido AVJ	(128)	(46)
Receita por competência diferida - Prestação de serviços	(4)	(4)
Percentual de presunção	32%	0
Receita por competência diferida tributável - Prestação de serviços	(1)	(1)
Receita por competência diferida - Suprimento	52	52
Percentual de presunção	8%	12%
Receita por competência diferida tributável - Suprimento	4	6
Base de cálculo	3	5
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	(104)	(52)
Corrente	704	296
Diferido	(292)	(120)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido e sobre as receitas financeiras.

Valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e sobre o ajuste a valor justo com as operações de trading.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	930	-	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3	2	-	-	(7)	(2)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	-	(2)

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Prestação de serviços

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pipoca	23	97	-	-	12	(309)	-	-

Refere-se a serviços de intermediação na comercialização de energia elétrica prestados pela Companhia.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.627	2.459	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$1.627. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos dividendos estão presentes na nota explicativa nº 10.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	278	908	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.987	2.035	-	-	40	88	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	768	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado em 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	46	19
Participação nos resultados	15	5
Total	61	24

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Clientes		2.670	2.670	743	743
Títulos e Valores Mobiliários		1.123	1.123	796	796
		3.793	3.793	1.539	1.539
Valor justo por meio do resultado					
Operações de comercialização de energia	2	19.835	19.835	9.952	9.952
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	278	278	908	908
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	1.484	1.484	1.594	1.594
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	343	343	413	413
Debêntures	2	-	-	-	-
		20.456	20.456	12.867	12.867
		24.249	24.249	14.406	14.406
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(2.336)	(2.336)	(1.017)	(1.017)
Passivo de arrendamento		(138)	(138)	(141)	(141)
		(2.474)	(2.474)	(1.158)	(1.158)
Valor justo por meio do resultado					
Operações de comercialização de energia		(15.960)	(15.960)	(8.700)	(8.700)
		(15.960)	(15.960)	(8.700)	(8.700)
		(18.434)	(18.434)	(9.858)	(9.858)

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos contábeis se aproximam dos valores justos dos instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações

de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de comercialização de energia: A técnica de mensuração se baseia na abordagem de mercado, por meio do desconto a valor presente da diferença entre os preços futuros de energia de mercado, comparados com os preços dos contratos forward. As premissas adotadas para o cálculo do valor justo dos ganhos não realizados dos contratos de energia que compõem o portfólio de negociação são as seguintes:

- a) Taxa de desconto: Wacc aprovado pela Administração para a atividade de comercialização, que representa a taxa livre de risco ajustada ao risco específico da atividade, de acordo com parâmetros de mercado.
- b) Preços projetados: Curva DCIDE (empresa referência do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).
- c) Mensuração das posições: Considera-se a posição líquida, a partir do portfólio de negócio.
- d) Os valores foram considerados líquidos de PIS/Pasep e Cofins. Como a Companhia é optante pelo lucro presumido, considerou-se a alíquota de 3,65% sobre o valor do preço de venda.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos nominais das principais obrigações da Companhia é conforme segue:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.336	-	-	-	-	2.336
Passivo de arrendamento	1	2	10	51	193	257
TOTAL	2.337	2	10	51	193	2.593

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Em 31 de dezembro de 2025, não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de mercado

A Companhia encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros (tradings) resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

O resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. O resultado de contratos de compromisso futuro (trading) apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

Dessa forma, a gestão do risco de preço de mercado é realizada por meio da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração e enquadrados na Política de Gestão de Riscos, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança que considera uma curva forward de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada exercício.

Análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta o preço e consequentemente o risco de mercado das operações de trading é a exposição aos preços de mercado da energia.

No processo de tomada de decisão relacionada às atividades de trading, a Administração da Companhia utiliza análises de sensibilidade considerando a volatilidade histórica do preço de energia para o produto e considera o índice de confiança de 95%. Durante 2026 a operação não apresentou valores em risco, uma vez que, mesmo no VaR 95, os valores em risco foram inferiores ao preço de venda.

Os contratos firmados em 2025 possuem variações somente de IPCA entre o período de negociação do produto e início da vigência, em janeiro de 2025 (recebimento mensal e flat por 12 meses).

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores e revendedores;
- fundos vinculados; e
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos; e
- transações com partes relacionadas.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como as operações de comercialização de energia elétrica.

As operações de trading de energia compreendem posições forward. Os contratos nesta categoria são classificados como valor justo por meio do resultado, por não se enquadrarem na exceção nele previsto.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Sérgio Lopes Cabral
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Trading S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Trading S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Trading S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral

Contador CRC GO-018421/O-0